

TERRITÓRIOS

O JORNAL DO MÉDIO RIO DOCE

PESCA ARTESANAL AGRICULTURA FAMILIAR

Fruto da luta popular: Programa de Transferência de Renda começa a ser executado na Bacia do Rio Doce (pág. 6 e 7)



PROTAGONISTAS DA REPARAÇÃO: EDITH MOURA, LIDERANÇA COMUNITÁRIA E AGRICULTORA FAMILIAR DE NAQUE

Pág. 04

COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO MÉDIO RIO DOCE PARTICIPAM DE OFICINAS TERRITORIAIS PROMOVIDAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Pág. 05

BOLETIM DA REPARAÇÃO: PROGRAMA INDENIZATÓRIO DEFINITIVO (PID) É REABERTO ATÉ 14 DE SETEMBRO

Pág. 08

AREEIROS E CARROCEIROS DE CONSELHEIRO PENA REIVINDICAM O RECONHECIMENTO À ATIVIDADE TRADICIONAL

Pág. 10

SUMÁRIO

Editorial 02

Povo em Luta, Rio de
Esperança 03

Protagonistas da Reparação 04

Visitas Ministério da Saúde 05

PTR 06

Boletim da reparação 08

Calendário Cultural 09

Areeiros e Carroceiros 10

EXPEDIENTE

Programa Médio Rio Doce

Grupo de Trabalho Institucional
AedasCauê Melo Vallim
Carlos Henrique Prado
Luís Henrique Shikasho
Marjana Lourenço

Direção Coletiva

Brenda Ferreira
Henrique Lacerda
Rayssa Neves

Equipe de Comunicação

Glenda Uchôa (coord.), Camila Quintana,
Luciano Alvim, Matheus Santos,
Samuel Ambrósio e Thiago Matos

Diagramação

Matheus Santos e Samuel Ambrósio

Edição e Revisão

Glenda Uchôa e Henrique Lacerda

Apoio e Contribuições

Eixo Marcadores Sociais da Diferença:
Camila Ribeiro (coord)Equipe de Povos e Comunidades
Tradicionais (PCTs):Gabriela Azevedo (coord) e
Esdras Cordeiro e Urania Neves

Equipe de Saúde:

Élida Dias Cândido (coord.), Alane
Menezes, Camile Veiga e Daniel Silva

Equipe de Raça e Gênero:

Ariana Mara (coord.), Ana Luiza, Andréia
Lemos e Cleidineide de JesusEquipe de Patrimônio Cultural,
Esporte, Lazer e Educação (PCELE):Isabela Moraes (coord.), Carine Guedes e
Sofia BarretoEquipe de Diretrizes da Reparação
Integral (DRI):Débora Máximo (coord.), Ana Beatriz
Puchetti, Letícia da Costa, Júnio
Bragança, Rosane Souza e Lívia Soares

Equipe Administrativo/Financeiro:

Leomar Cabral (coord.), Rogivaldo Cabral
(coord.), Cristiane Bessa, Luzineth
Alves, Lorena Marcelino, Maria Chanti,
Rafael Azevedo e Rayanne Cabral

Equipe de Logística:

Rinaldo Cruz (coord.), Diego Maia
(coord.), Matheus Neri, Taismara Silva,
Andréia Dias, Ruth dos Santos, Simone
Norberto e Thiago Domingos.Apoio da equipe de Mobilização Vale
do Aço e Leste de Minas:Sarah Suzan(coord.), Yana Lizardo
(coord.) Inara Santos,(coord.) Lauanda
Ribeiro(coord.), Raquel Justino (coord.),
Ilklyn Barbora(coord.), Marcela
Nunes(coord.) e Marcos Ferreira(coord.);
Mob Leste: Ruthielly Silveira , Larissa
Barbosa e Ingrid Aguiar
Mob Vale: Mateus Arruda, Mariane
Pereira, Rebeca Gomes e Felipe BarbosaTiragem: 2 mil exemplares
DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Instagram: @aedasmg

Facebook: Aedas Rio Doce

Youtube: @aedasmg

Site: aedasmg.org/medio-rio-doce

CONQUISTA NÃO É PONTO
FINAL. É RECOMEÇO.

O Programa de Transferência de Renda (PTR), que começou a ser executado em julho nos territórios atingidos, é mais que um alívio financeiro. Ele representa uma vitória construída na luta coletiva, passo a passo de uma grande caminhada fruto da organização popular das pessoas atingidas e movimentos sociais organizados na Bacia do Rio Doce. Não veio de cima, uma conquista pronta. É resultado de anos de reivindicações, marchas, reuniões e clamor popular.

Para milhares de famílias de agricultores(as) familiares e pescadores(as) artesanais profissionais, é mais um passo de esperança. Um passo de uma caminhada maior. Isso porque parte das pessoas atingidas, também agricultoras e/ou pescadoras, enfrentaram dificuldades na formalização dos critérios definidos: algumas perderam o prazo para realizar o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), enquanto outras estavam com a carteirinha de pesca desatualizada no período estabelecido pelo acordo. Assim, seguem sem acesso a programas e continuam lutando pelo direito à reparação.

Um cenário desafiador, mas que também aponta horizontes. Nos últimos meses, a presença do governo federal tem sido sentida em diferentes frentes nos territórios atingidos.

Com a chegada mais direta desse novo ator da reparação, definido após a assinatura e homologação do novo acordo, temos visto uma série de ministérios se desdobrando em atividades e reuniões nas comunidades atingidas.

“

Não veio de cima, uma conquista pronta. O PTR é resultado de anos de reivindicações, marchas, reuniões e clamor popular.

Há mãos para apertar, olhos para reconhecer e vozes para escutar. Um tempo que mostra que seguir colocando na mesa os direitos que ainda faltam e de não deixar que as conquistas, como o PTR, sejam o ponto final é essencial.

A Aedas, enquanto assessoria técnica das pessoas atingidas no Médio Rio Doce, segue junto às comunidades, fortalecendo a participação nos espaços de reparação e promovendo atividades para esclarecer dúvidas sobre o processo de reparação. Exemplos disso são as rodadas de atendimentos individuais sobre o PTR, que seguem acontecendo nos territórios, além de outros espaços participativos.

Nesses encontros, mobiliza-

dores e mobilizadoras destacam informações sobre os critérios de acesso ao programa e tiram dúvidas de casos de pessoas que teriam direito ao programa, mas ficaram de fora por algum motivo. Também são preenchidos os formulários do MDA e protocolados recursos junto ao MPA.

Os atendimentos, além de serem espaços de escuta e orientação, têm garantido que mais atingidos e atingidas estejam conscientes de seus direitos e possam reivindicá-los dentro dos critérios estabelecidos. Para facilitar o acesso, a Aedas tem divulgado os horários e formas de agendamento nos grupos de GAAs (Grupos de Atingidos e Atingidas) das comunidades atingidas.

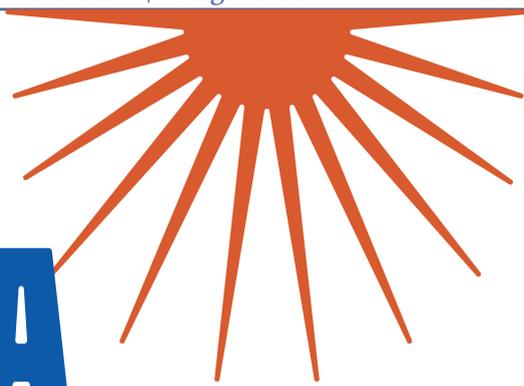
Nos próximos dias, outros espaços participativos acontecerão: a reunião das Comissões Territoriais, o Encontro de Agentes Multiplicadores e o Seminário de Mulheres estão entre eles. São momentos de trocar informações e discutir a organização popular, os projetos comunitários, a pauta da participação, o acesso ao Programa Fundo de Mulheres, entre outros. São horizontes. Caminhos. Novos recomeços.

Este é um tempo de ação e de unidade. O PTR é uma vitória, mas também um lembrete: só lutando juntos é possível garantir que nenhum direito fique para trás.



Fotos: Camila Quintana e Thiago Matos

POVO EM LUTA, RIO DE ESPERANÇA



Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce

Reportagem: **Thiago Matos**

Entre os dias 7 e 10 de julho, representantes das Comissões Locais de Atingidos e Atingidas dos territórios do Vale do Aço e do Leste de Minas, assessorados pela Aedas, participaram do processo de escolha dos integrantes do Conselho Federal de Participação Social da Bacia do Rio Doce.

Prevista no novo Acordo de Reparação, a eleição marcou um passo importante na consolidação de um modelo de governança democrático, transparente e representativo, reunindo representantes das comissões territoriais, do Governo Federal e de movimentos sociais.

O Conselho vai acompanhar os 12 anexos sob responsabilidade do poder público, que tratam da reparação dos danos causados pelo desastre-crime do rompimento da barragem de Fundão. Sua atuação ocorrerá ao longo de todo o período de implementação do Acordo (ao longo dos próximos 20 anos) e será marcada por uma composição paritária, com representantes do governo federal e da sociedade civil, assegurando a representatividade de, ao menos, 50% de mulheres e a inclusão de pessoas autodeclaradas pretas ou pardas, indígenas, quilombolas e de outros povos e comunidades tradicionais.

“ Agora, teremos a oportunidade de levar diretamente ao governo federal os anseios da população atingida. Temos agora mais força para continuar lutando e avançar ainda mais.

Valeriana Gomes de Sousa
Produtora rural atingida eleita como titular pela comissão de atingidos do Vale do Aço



“ É uma responsabilidade enorme representar o povo. Estou muito feliz por ter sido eleita. Agora é olhar para frente e fazer valer essa representação tão esperada.

Maria Madalena da Silva
Quilombola atingida eleita como suplente pela comissão de atingidos do Vale do Aço



“ O Conselho será um espaço de escuta, diálogo e respeito às pessoas atingidas. A construção democrática exige escuta, negociação e, às vezes, saber recuar.

Ana Maria C. Conegundes
Representante da Secretaria Executiva da Secretaria-Geral da Presidência da República



“ Participar do Conselho exige tempo, responsabilidade e entendimento do processo.

Miguelito Soares
Produtor rural atingido eleito titular pela comissão de atingidos dos territórios de Conselheiro Pena, Itueta e Resplendor



“ Vamos fazer o que for mais necessário para o povo atingido.

Isac Pereira
Pescador atingido eleito suplente pela comissão de atingidos dos territórios de Conselheiro Pena, Itueta e Resplendor



“ Para nós é extremamente importante vir aos territórios e fazer da união dessas pessoas que estão diariamente no território a construção de um Conselho de Participação Social que tenha, fundamentalmente, o pé na base do atingido.

Jorge de Freitas
Assessor da Secretária-geral da Presidência da República



PROTAGONISTAS DA REPARAÇÃO NO MÉDIO RIO DOCE

EDITH MOURA



Mulher negra, liderança comunitária e agricultora familiar da cidade de Naque, localizada no Vale do Aço

Reportagem: **Camila Quintana**

Edith Moura é referência na luta por reparação e começou a se organizar coletivamente para buscar direitos logo após o rompimento da barragem de Fundão, em 2015, quando teve sua vida completamente modificada.

Como muitos moradores das pequenas cidades ao longo do Rio Doce, viver do que se planta e se colhe sempre foi uma garantia de segurança. Perder isso, consolidou em Edith a certeza de que, junto com a comunidade, com os movimentos sociais organizados, suas reivindicações ganhavam mais força.

“**Antes a gente tirava tudo da terra. Agora nem plantar mais pode. A água é vida, mas para a gente aqui, virou doença.**”

Força que se transformou em realidade. Neste ano, em junho, ela foi uma das beneficiadas do Programa de Transferência de Renda (PTR Rural) e, por isso, sabe da importância deste auxílio na vida das pessoas atingidas. Edith reforça seu compromisso com a justiça e reparação integral ao lembrar que apesar de ter sido contemplada com o PTR Rural, muitas outras pessoas não foram.

“Hoje, se a gente não tem dinheiro, passa necessidade. Antes, a gente tirava tudo da terra, agora nem plantar mais pode. A água é vida, mas pra gente aqui, virou doença. Meu neto morreu com seis anos de câncer. Tem muito câncer aqui. E ninguém fala nada”, denuncia.



Edith é entrevistada durante Conferência de Políticas Públicas para Mulheres. Foto: Acervo Aedas

Ela diz ainda que, para além do PTR, que foi desenhado para contemplar agricultores e pescadores, acredita que todas as pessoas atingidas deveriam receber algum benefício.

Com a chegada da Assessoria Técnica Independente no seu território, Dona Edith continua se organizando. Participa de espaços, denuncia as injustiças e cobra mudanças: “Esse sistema tem que ser quebrado. Porque hoje o sistema tá contra nós. E eu não posso defender só meu prato de comida. Tenho que defender o de todo mundo”.

No caminho da organização popular e luta por direitos, Edith foi eleita pelas participantes da etapa Regional da Conferência de Políticas para Mulheres, delegada para contribuir na elaboração e implementação de políticas públicas que busquem promover a igualdade de gênero e combater desigualdades na 5ª Conferência Estadual de Políticas para Mulheres. A etapa regional aconteceu em 18 de julho na cidade de Governador Valadares.

A Conferência Estadual esta prevista para 27, 28 e 29 de agosto, em Belo Horizonte, onde serão eleitas novas representantes para incidirem em âmbito federal. O tema deste ano é “Mais democracia, mais igualdade e mais justiça para todas”.



COMUNIDADES QUILOMBOLAS PARTICIPAM DE OFICINAS PROMOVIDAS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE

Fotos: Thiago Matos



Quilombo Esperança



Quilombo Achado dos Pretos

Com apoio da Aedas, comunidades quilombolas participaram de oficinas de escuta promovidas pelo Ministério da Saúde no Vale o Aço

Reportagem: **Camila Quintana** e **Thiago Matos**

Com o objetivo de ouvir as comunidades quilombolas atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão e fortalecer políticas públicas em saúde, o Ministério da Saúde realizou oficinas de escuta e troca no Vale do Aço. As atividades aconteceram entre os dias 28 e 31 de julho e contaram com a presença de representantes de diversas pessoas atingidas das comunidades quilombolas da região.

A iniciativa faz parte de uma agenda de diálogos voltada à reparação e ao reconhecimento das especificidades dos povos e comunidades tradicionais atingidos pelo desastre-crime de responsabilidade das mineradoras Samarco, Vale e BHP Billinton. Além disso, buscou identificar as principais demandas em saúde, a partir das vivências e dos saberes quilombolas, respeitando suas culturas e modos de vida.

“Uma das propostas do Ministério é valorizar as práticas e os saberes já existentes e aplicados nos cuidados com a saúde nas comunidades quilombolas



Quilombo Ilha Funda

Foto: Camila Quintana

Uma das propostas do Ministério é valorizar as práticas e os saberes já existentes e aplicados nos cuidados com a saúde nas comunidades quilombolas através das Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) a fim de fortalecer o SUS com os saberes tradicionais, prevenindo agravos, promovendo a recuperação da saúde, enfatizando a escuta acolhedora, a

Foto: Arquivo Aedas



Quilombo Córrego do 14

construção de laços terapêuticos e a conexão entre ser humano, meio ambiente e sociedade.

Na comunidade quilombola Esperança, no município de Naque (MG), a visita do Ministério da Saúde foi recebida com entusiasmo. Para José Fábio, presidente da associação local, o encontro representa a possibilidade de tirar antigas reivindicações do papel.

“É uma honra receber o Ministério da Saúde na nossa comunidade quilombola de Esperança. Tenho grandes expectativas, porque é muito raro um ministério vir até nosso território. Isso é um privilégio e uma esperança.

José Fábio,
Quilombo Esperança.



A articulação interministerial contou com a presença do Ministério da Saúde que, além das oficinas, visitou as Unidades Básicas de Saúde e as Unidades de Estratégia de Saúde da Família dos municípios. Gabriela Maciel dos Reis, coordenadora de Saúde Territorial – Programa Especial de Saúde do Rio Doce, destacou que a atividade representa um marco para a política de saúde quilombola na bacia do Rio Doce.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), representado por Caio Mota, também destacou o papel da agricultura tradicional e da regularização fundiária como componentes fundamentais da saúde dos quilombolas.

CONQUISTA: PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA COMEÇA A SER EXECUTADO NA BACIA DO RIO DOCE

Reportagem: Camila Quintana e Glenda Uchôa

Um passo importante na reparação. Depois de quase uma década convivendo com as perdas e danos deixados pelo rompimento da barragem de Fundão, famílias agricultoras rurais e pescadoras profissionais

artesanais do Médio Rio Doce acessam um importante programa da reparação.

O Programa de Transferência de Renda (PTR) chegou como resultado de anos de luta e organização popular, garantindo apoio direto para quem viveu e vive as muitas consequências do desastre-crime de Fundão, em 2015.

Criado a partir do novo acordo de reparação do desastre-crime da Samarco/Vale/BHP, o PTR garante apoio financeiro direto a quem teve a vida e o trabalho prejudicados.

Mas o Programa representa mais que um alívio financeiro: é a chance de investir na roça, na criação de animais, na saúde, educação e formas de renda que

oportunizam a dignidade de quem sempre viveu pelo trabalho. Apesar de um histórico avanço, também ainda há lutas a serem conquistadas: nem todos que sofreram com os danos foram contemplados, mostrando que a luta por reparação continua.

“A GENTE VAI INVESTIR NA TERRA”

Morada do Córrego do Jequitibá, distrito de Itueta, há cerca de 20 anos, Elaine de Souza vive com o marido e a filha Milena em uma área rural onde cultivam hortaliças, frutas, café e criam animais. Antes do rompimento, o marido trabalhava em terras na beira do Rio Doce, mas com a contaminação da água, a produção agrícola na região despencou e muitos trabalhadores foram dispensados de

suas atividades.

A chegada da filha Milena, há três anos, coincidiu com um período ainda mais difícil: Elaine perdeu a mãe, enfrentou uma gravidez de risco e precisou contar com o apoio da família. “O rompimento foi um momento muito ruim durante muito tempo. Tivemos que lutar muito para a Assessoria (Aedas) chegar no território. A gente já tinha sofrido tanto... e eu via pessoas reclamando que estava faltando comida em casa.”

Segundo ela, junto a atuação da assessoria técnica e, anteriormente, sua participação no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), a organização popular contri-

buiu na conquista de direitos, entre eles o PTR.

“Estar num coletivo muda muito a realidade. A gente troca ideias, amplia a visão e alcança mais resultados. Sozinho, você até tenta, mas junto, a gente chega mais longe.”

Elaine lembra da descrença de muitos agricultores familiares na hora de fazer o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), instrumento necessário para acessar o PTR. Ela mesma chegou a duvidar, mas se

inscreveu e incentivou o pai e a sogra a fazerem também. Todos foram contemplados com o programa.

Agora, com a segurança do apoio financeiro garantido por quatro anos, Elaine já planeja o futuro. “A gente vai investir na terra: plantar café, milho, feijão, pra ter o que comer também. Daqui a quatro anos o café já vai estar produzindo e vai dar segurança de outra renda. Quem tiver cabeça pra aproveitar, vai se dar bem.”

“Sozinho, a gente até tenta, mas junto a gente chega mais longe”

Acompanhamento do PTR:

● PTR-Pesca:

Supervisionado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura. **R\$ 300 milhões previstos para 2025.**

● PTR-Rural:

Supervisionado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. **R\$ 200 milhões previstos para 2025.**

Investimento:

No total, 22 mil pescadores e 13,5 mil agricultores de Minas Gerais e Espírito Santo já começaram a receber o benefício.

● **Como é pago:** pela Caixa Econômica Federal

● **Objetivo:** apoiar a reconstrução econômica e a reparação integral das famílias

● **Investimento total:** R\$ 3,75 bilhões em 4 anos

“O PTR CHEGOU NUMA BOA HORA”

Francisco Ribeiro, morador da Vila Crenaque, distrito de Resplendor, aprendeu a pescar com o pai, assim como dez de seus irmãos. No passado, ele lembra que chegava a pescar dezenas de quilos de peixe por noite, rendendo R\$ 4 a R\$ 5 mil por mês.

Para ele, a pesca sempre foi mais que um ofício, era um modo de vida, uma herança passada de geração em geração. “Era uma vida simples, mas digna, que vinha daquilo que a gente sabia fazer.”

Essa realidade começou a mudar drasticamente após o rompimento da barragem de Fundão. Com a contaminação do Rio Doce, a pesca deixou de ser segura. O risco não era apenas para ele e sua família, mas para qualquer pessoa que consumisse

o pescado. “Se eu continuar exercendo minha profissão, estarei colocando minha vida em risco, contaminando minha família e as famílias que consumirem o peixe. Não tenho coragem de fazer isso”, relata.

Sem poder exercer sua profissão de origem, Francisco passou a fazer bicos: ajudante de pedreiro, serviços de capina, qualquer trabalho que aparecesse para garantir a comida em casa. Além disso, continuou praticando o artesanato de tarrafas, mas a queda na procura fez com que essa também deixasse de ser uma fonte de renda segura.

As dificuldades aumentaram quando enfrentou problemas

com a documentação de pescador profissional. Ele perdeu a carteira que tinha há 20 anos e precisou tirar uma nova, com apenas seis anos de validade, o que prejudicou seu enquadramento em muitos programas da reparação. Muitos pescadores, segundo ele, ficaram de fora do PTR justamente por problemas burocráticos ou pela não renovação da carteira.

Quando finalmente teve a confirmação de que receberia o benefício, sentiu um alívio. “O PTR chegou numa boa hora. Desde o rompimento, não recebi nenhuma indenização. Esse dinheiro vai ajudar a mim e aos meus filhos. Mas sei que ainda tem muita gente que não recebeu nada até hoje.”

“Era uma vida simples, mas digna, que vinha daquilo que a gente sabia fazer”



Fotos: Camila Quintana



 **Boletim da Reparação**

PROGRAMA INDENIZATÓRIO DEFINITIVO (PID) É REABERTO ATÉ 14 DE SETEMBRO

A plataforma do Programa Indenizatório Definitivo (PID) foi reaberta temporariamente pela Samarco nesta sexta-feira, 1º de agosto, e ficará disponível para novos requerimentos até o dia 14 de setembro de 2025. A medida atende a um pedido conjunto das Instituições de Justiça, que solicitaram a prorrogação do prazo para garantir o direito à reparação de pessoas atingidas que não conseguiram concluir o processo anteriormente.

O pedido foi feito por representantes do Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público dos Estados de Minas Gerais (MPMG) e do Espírito Santo (MPES), além da Defensoria Pública da União (DPU), Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) e do Espírito Santo (DPES).

Por que o PID foi reaberto?

De acordo com as Instituições de Justiça, muitas pessoas atingidas não conseguiram se cadastrar ou formalizar o aceite da proposta de indenização a tempo. Em muitos casos, as dúvidas sobre cláusulas contratuais ou a representação por procuradores fora do Brasil acabaram impedindo a finalização do processo. Além disso, houve situações em que as pessoas atingidas desistiram do processo antes de concluir a assinatura do Termo de Quitação.

Quem pode ingressar no PID?

O PID está disponível para pessoas físicas e, também, para microempreendedores individuais (MEIs), microempresas e empresas de pequeno porte. Para realizar o requerimento, é obrigatória a representação jurídica. O ingresso na plataforma deve ser realizado pela Defensoria Pública, cujo atendimento é totalmente gratuito, ou por advogado(a) particular. Os honorários advocatícios correspondem a 5% da indenização e são custeados pela Samarco, sem qualquer desconto no valor da indenização. Eventuais valores

adicionais a título de honorários advocatícios, negociados à parte entre advogado e pessoas atingidas, não serão arcados pela mineradora Samarco <samarco.com/indenizacao>.

E se eu já recusei ou não respondi à proposta antes?

Quem já havia ingressado no PID, mas recusou ou não respondeu à proposta dentro do prazo anterior, terá uma nova oportunidade de aceitar o acordo. Nesse caso, o prazo de 15 dias para manifestação começará a contar a partir do recebimento da notificação no sistema, que será enviada diretamente ao(à) advogado(a) ou defensor(a) público(a) responsável pelo caso.



Atenção: O aceite da proposta e assinatura do Termo de Quitação implicam renúncia à ação judicial em curso, seja no Brasil ou no exterior

A proposta segue os critérios de elegibilidade previstos no Novo Acordo de Reparação. Os principais requisitos são:

- Ter idade superior a 16 anos na data do rompimento (05/11/2015);
- Ter solicitado cadastro na Fundação Renova (em liquidação) até 31/12/2021, ou possuir ação judicial no Brasil ou no exterior ajuizada até 26/10/2021, ou ter ingressado no sistema Novel até 29/09/2023 (respeitadas as hipóteses que consideraram decisão judicial de data de 30/04/2020);
- Apresentar comprovante de residência (emitido em qualquer data, nas localidades listadas no Acordo), documento de identificação com CPF (para requerimentos apresentados por pessoas físicas) e procuração outorgada a advogado particular ou declaração de outorga de poderes à Defensoria Pública.

Saiba se você tem direito ao PID

Acesse o portal do usuário da Samarco e saiba se você está pode ingressar no PID <https://portaldousuario.reparacaobaciariodoce.com/consulta-de-condicao-para-ingresso-do-pid/>

Central de Relacionamento
0800 031 2303

SAIBA+

As Instituições de Justiça divulgaram nota pública com o objetivo de combater informações falsas que vêm circulando nos territórios atingidos da bacia do Rio Doce a respeito do Programa das Mulheres. O documento reafirma o compromisso com a efetivação dos direitos das mulheres atingidas pelo rompimento da barragem de Fundão e esclarece pontos fundamentais sobre o andamento do programa, que está previsto na Cláusula 40 do Acordo de Reparação.



 Acesse: aedasmg.org/projeto/medio-rio-doce/

Calendário CULTURAL 2025

Datas de Agosto

05. Dia Nacional da Saúde

08, 09 e 10. Festa Pomerana
Vila Neitzel em Itueta

Na Vila Neitzel, distrito de Itueta (MG), a cultura Pomerana resiste e floresce em três dias de festividade. Com idioma, vestimentas, danças e tradições próprias, o grupo reafirma sua forte ligação com o trabalho na terra e a importância da água para a agricultura e a vida comunitária. Desde o rompimento de Fundão, seguem mobilizados na luta por reparação.

08. Feira da Paz
Iapu



10. Dia dos Pais

10. Festa de São Lourenço

Bugre (Comunidade de São Lourenço)

15. Festa de Assunção de Nossa Senhora

Periquito, Ipaba, Ipatinga (Feriado municipal)

21. Dia Nacional da Habitação

24. Dia da Infância

Nos espaços participativos da Ciranda da Aedas, as crianças desempenham seu papel na luta por reparação.



29. Dia da Visibilidade Lésbica

EVENTOS SEM DATA DEFINIDA

Feira da Paz - Iapu | Semana de Prevenção e Combate à Depressão - Periquito | Festival Histórico Cuieté Colônia - Conselheiro Pena

Datas de Setembro

01. Festa da Padroeira Nossa Senhora da Penha
Ipaba

05. Dia da Amazônia

No Dia da Amazônia, também lembramos que as pessoas atingidas por barragens não são apenas vítimas das grandes empresas mineradoras, mas também da impunidade e da violação sistemática dos seus direitos. Enquanto aguardam por justiça, os efeitos das mudanças climáticas tornam suas comunidades ainda mais vulneráveis.



06. Dia do Evangelho
Naque

07. Dia da Independência
07. Grito dos Excluídos

14. Dia municipal dos Evangélicos
Periquito

15. Festa da Padroeira Nossa Senhora da Piedade
Belo Oriente

16. Aniversário da cidade
Aimorés

21. Dia Nacional de Luta das Pessoas com Deficiência (PCDs)

22. Dia da Juventude no Brasil

27. Dia de São Cosme e Damião - Terreiros
27. Festa de São Vicente de Paula - Conselheiro Pena

30. Dia de Xangô
Terreiros

EVENTOS SEM DATA DEFINIDA

Encontro de Cavaleiros - Distrito de Pedra Corrida | Cavalgada - Santana do Paraíso | Evento na capela da Comunidade São Miguel em Descanso de Naque | Festa da cidade - Fernandes Tourinho | Festival Gastronômico Arte e Sabores de Belo Oriente | Festival Gastronômico - Santana do Paraíso | Festividades da igreja para o Frei Galvão - Assentamento Liberdade | Jubileu do Nosso Senhor do Bonfim - Fernandes Tourinho

DA TRADICIONALIDADE AO APAGAMENTO:

Areiros e Carroceiros de Conselheiro Pena reivindicam o reconhecimento atividade tradicional

Reportagem:
Camila Quintana
Colaboração:
**Gabriela Azevedo -
Equipe de Povos
e Comunidades
Tradicionais**



João Nazário é um dos carroceiros mais antigos da região.
Fotos: Camila Quintana/Aedas

Conta-se que o início da atividade de retirada da areia do Rio Doce começa com o surgimento da cidade de Conselheiro Pena, município do Leste de Minas, em uma região antes conhecida como Lajão. O local passou a se desenvolver a partir da criação da estação de trem Lajão, e da chegada de novos moradores atraídos pelas pedras semipreciosas e pela qualidade das terras. Grande parte das casas das redondezas foi construída com areia do rio tirada de

maneira artesanal pelos areiros e carroceiros.

Os areiros e carroceiros do município se dedicam a duas atividades tradicionais vinculadas entre si: à atividade de extração de areia e à utilização das carroças para venda da mesma. A atividade laboral de extração de areia se configura como uma atividade extrativista minerária de caráter artesanal e está diretamente ligada à história do município de Conselheiro Pena.



O ofício da areia também é parte da vida de mulheres, como Maria Florentino

João Nazário de Sousa, conhecido como João da Tereza (nome de sua mãe), é o carroceiro mais antigo que ainda vive para contar esta história. Ele nasceu no mesmo dia em que o distrito de Lajão foi emancipado e passou a ser município de Conselheiro Pena, em 17 de dezembro de 1938.

Aos 86 anos de idade, ele conta que quando começou a tirar areia, as carroças eram de rodas de madeira revestidas com uma chapa de ferro. Eles entravam no rio tiravam a areia com a pá e levavam para as construções. Além da areia tirada do rio, os carroceiros também transportavam outros diversos carregamentos, como telha, terra, cimento, arroz, açúcar, milho, o que precisasse.

João da Tereza sustentou e

formou seis filhas com a carroça e a areia. Ele relembra diversos colegas de profissão e conta que na cidade de Conselheiro Pena existem pelo menos três gerações de areiros.

Dona Maria Florentino, também da geração mais antiga, começou a tirar areia com o marido Enis, cada um tinha sua carroça e em bons dias de trabalho chegavam a tirar cerca de 30 carroças de areia juntos. Ela conta também que os carroceiros eram como família e que chegou a ensinar o ofício para alguns das novas gerações.

José Geraldo, carroceiro há 30 anos, aprendeu o ofício com pai Juarez, recebeu a carroça de herança e foi modificando as peças ao longo do tempo. Ele conta que sempre trabalhavam em grupo, se divertiam e cantavam juntos durante a extração de areia.



Atividade tradicional no Leste de Minas. Foto: Arquivo Aedas.

CARTA DE AUTORECONHECIMENTO COMO INSTRUMENTO DE LUTA

Busca ao direito à proteção e fomento de seus modos de vida

Antes do rompimento da barragem de Fundão, o principal ponto de extração de areia era no encontro do Córrego João Pinto com o Rio Doce. Após o rompimento, os clientes estavam reclamando que a areia estava com rejeitos e o local foi interditado posteriormente com um gabião, para contenção de enchentes. Com essa situação, os areiros migraram para retirar areia em outros pontos ao longo do Córrego João Pinto na cidade.

“
**Sempe trabalhavam
em grupo, se
divertiam
e cantavam juntos
durante a extração
de areia**

No entanto, em dezembro de 2023, foram surpreendidos com uma denúncia de mineração ilegal sendo impedidos de realizarem suas atividades por falta de alvará ambiental. Toda a área do córrego foi licenciada para uma única empresa mineradora, com autorização para a extração de areia. Com isso, toda uma comunidade que sustentava suas famílias por meio de uma atividade artesanal e tradicional — diferente da extração mecânica — e sem causar danos ao meio ambiente foi impedida de continuar exercendo seu trabalho.

Como consequência, as famílias que dependem da extração de areia do rio acabaram ficando em situação de vulnerabilidade ao perderem sua principal fonte de renda. Com o trabalho de assessoria técnica da Aedas, foram enviados ofícios à extinta Fundação Renova e aos órgãos municipais responsáveis a fim de buscar apoio para solucionar o problema. Até então, o avanço consolidado foi a disponibilização, através da Prefeitura Municipal, da doação de cestas básicas para a famílias dos areiros.

Associação de areiros e carroceiros é atuante

Os membros da Associação de Areiros e Carroceiros estão, desde então, lutando pelo reconhecimento de seus trabalhadores como comunidade tradicional, pois são um grupo de organização social própria que ocupam e utilizam os recursos naturais do território para sustento e reprodução de seus modos de vida através de práticas e conhecimentos transmitidos de geração em geração. Como Comunidade Tradicional, os areiros e carroceiros de Conselheiro Pena reivindicam o direito a proteção e fomento de seu modo de vida sustentável e o direito a manutenção da cultura em seu território.

A Associação, no mês de julho, deu entrada na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE), junto à Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais (CEPCT), à solicitação de reconhecimento como comunidade tradicional do estado. Junto à solicitação, foi enviada a Carta de Autorreconhecimento de Comunidade Tradicional.

A partir da entrega da carta, a CEPCT-MG realizará uma visita técnica à comunidade para compreender melhor suas práticas e organização e posteriormente deverá apresentar o relatório da visita técnica para deliberação. Após aprovação, será emitida a Certidão de Autodefinição que é um documento essencial para que a comunidade acesse políticas públicas específicas.

“
**Impedidos de realizarem
suas atividades por falta de
alvará ambiental, toda a
área do córrego foi
licenciada para
uma única empresa
mineradora**

O reconhecimento institucional é um importante passo, tanto no âmbito jurídico quanto simbólico, dessas comunidades que lutam por reparação. A Aedas Médio Rio Doce tem apoiado dezenas de povos e comunidades tradicionais no processo de autorreconhecimento e na luta pela garantia de seus direitos.



José Geraldo aprendeu
o ofício com o pai.
Foto: Camila Quintana/Aedas

5 DE AGOSTO | DIA NACIONAL DA SAÚDE



SAÚDE É
DIREITO
DAS PESSOAS ATINGIDAS

TERRITÓRIOS
O JORNAL DO MÉDIO RIO DOCE

 **Aedas**
Assessoria Técnica Independente | Médio Rio Doce

 aedasmg.org/medio-rio-doce

 fb.com/aedasriodoce

 @aedasmg

 @aedasmg